

A REVISTA A VIOLETA E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA MULHER

Gislaine Crepaldi Silva¹

RESUMO: O objetivo desse artigo é demonstrar como as redatoras e colaboradoras da revista A Violeta reivindicaram o alargamento do espaço social e a consequente profissionalização da mulher mato-grossense, durante o período estadonovista. Com base em pesquisa documental e no cruzamento de fontes primárias e secundárias, foi possível demonstrar que houve um contra-movimento histórico, uma redefinição da escolaridade feminina e a inserção de mulheres em novos papéis sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, Profissionalização da mulher, revista A Violeta, Mato Grosso.

ABSTRACT: This paper aims at demonstrating in what way the writers and the collaborators of the magazine *A Violeta* claimed for their social space and the consequent professionalization of the women in Mato Grosso during the period of *estadonovista*. Based on a documentary research and the cross references of primary and secondary sources, the study demonstrated the existence of a historical counter-movement, a redefinition of women's education and their inclusion in new social roles.

KEYWORDS: Woman, Woman Professionalization, Magazine A Violeta, Mato Grosso.

1 Doutora em Psicologia Social e Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - *Campus* Cuiabá. *Email:* lainecrepaldi@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A mulher que tem ideais elevados, aquela que deseja uma existência de trabalho, de esforço próprio, é uma alma nobre que sabe reconhecer a sua tarefa perante a humanidade tornando a sua vida útil.

Elizabeth Bastos².

A revista *A Violeta* circulou em Mato Grosso entre 1916 a 1950, foi o único periódico do Estado organizado e dirigido por mulheres durante esse período. Segundo Nadaf (1993, p. 18), foram listados cerca de 250 nomes que fizeram parte do Grêmio Literário Júlia Lopes, uma entidade criada em 1916 que era composta exclusivamente por mulheres cujo objetivo era promover a cultura e outras atividades sociais, educativas, políticas e assistenciais. A escolha do nome Júlia Lopes de Almeida foi feita por Maria Dimpina Lobo Duarte que considerou o fato de ela ser a primeira romancista brasileira que compartilhava os valores da mulher de classe média: educada, idealista e que almejava uma redefinição do seu papel social, econômico e político. Nesse contexto surge a revista *A Violeta*, tendo redatoras e colaboradoras que registraram um considerável período da história do Estado, marcado pelo pensamento conservador e pelas ideias de emancipação feminina.

Em virtude do centenário da revista, optei em publicar parte da minha dissertação de mestrado, defendida em 2003, cujo recorte aborda o anseio pela profissionalização feminina em Mato Grosso. Através de artigos, crônicas, poemas e notícias, elas foram capazes de criar um espaço para divulgar as suas ideias. Nesse ínterim, pode-se perceber que as reivindicações das redatoras e colaboradoras da revista estavam atreladas ao *status quo*, mas sutilmente anunciavam a importância da escolarização e profissionalização da mulher.

É nesse processo ambíguo, de uma tentativa de emancipação do espaço público, mas atentando-se para as singularidades consideradas específicas para o sexo feminino na primeira metade do século XX, que as redatoras e colaboradoras aproveitaram para subsidiar uma relativa autonomia para um número maior de brasileiras.

Foram utilizadas as revistas pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e o recorte temporal foi escolhido em virtude das ações do DIP

2 Elizabeth Bastos foi uma das colaboradoras da revista *A Violeta*. Muitos dos artigos publicados nesse periódico foram retirados da sua obra “Justiça, Alegria e Felicidade”, nos quais escreveu ardorosamente sobre a emancipação da mulher através da instrução e da profissionalização. Cf. *A Violeta*, n° 252, Maio de 1939, p.15.

(Departamento de Imprensa e Propaganda), implantado por Getúlio Vargas, que regulava e decidia o que deveria ser publicado ou não. *A priori*, questioneei sobre as circunstâncias em que as redatoras e colaboradoras da revista escreviam. Queriam elas utilizar a revista para emitirem opiniões diversas sobre a sociedade? Eram cooptadas pelo poder, ou faziam parte dele? Teriam uma forma distinta e aprimorada de escrever constituindo um jogo dúbio? Da mesma forma que lutavam pela ampliação do espaço social e da autonomia da mulher, exaltavam o nacionalismo vigente e as práticas sexistas que o Estado implantava?

A pesquisa documental como método de compreensão e produção do conhecimento possui algumas etapas e técnicas, assim foram construídos quadros de assuntos acrescidos de possíveis comentários sobre as possíveis relações com a pesquisa. Foram mapeadas as reivindicações sobre a profissionalização da mulher e as ideias associadas. Utilizei o pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), quando afirma que o discurso é a ação de correr para todo lado. É o discurso que inscreve seus espaços, eles são áreas reticulares de tramas e retramas das relações sociais. Nessa concepção é possível delinear as opiniões, as formas de atuar e de viver. Foram sistematizadas as análises dos dados, cruzando-as com fontes secundárias para a confecção dos resultados.

Descobri que por detrás das palavras conservadoras, ou de forma mais explícita, existia uma contraposição sobre os afazeres e os ideais do mundo feminino e seguia certa tendência ocidental quanto à racionalização do saber doméstico e a constitucionalização da lei e da família. Além disso, as mulheres aproveitavam para disseminar o seu discurso, informando as leitoras sobre inúmeros assuntos e para representar o elo existente entre Mato Grosso e o restante do país. A linguagem utilizada baseava-se na honra e contribuía para a modernização das ideias, sem, entretanto, alterar de forma significativa as desigualdades políticas, econômicas e sociais entre mulheres e homens.

A política centralizadora da Era Vargas no Brasil, sobretudo durante o período estadonovista (1937-1945), levou-me a buscar vozes dissonantes em fontes primárias. Encontrei a fala das redatoras e colaboradoras da revista *A Violeta* que, de certo modo, pretendia afetar hábitos e costumes das mulheres mato-grossenses para que ocupassem um novo papel social. Desse modo, recortei o tempo e busquei artigos que argumentavam sobre a ampliação do espaço feminino. Tratei as fontes junto com o material bibliográfico e cruzei-as com o ideal social requisitado pelas escritoras da revista. Esse registro permitiu cruzar informações vinculadas à ordem familiar e social inextricavelmente enredadas nas relações de gênero.

Constituí uma linha de argumentação que abrange: família, casamento, situação material, orientações sociais e políticas, que agregam ideias e valores norteados pela pretendida profissionalização do sexo feminino, segundo um grupo de mulheres letradas de Mato Grosso. Salientei não apenas as ambiguidades que cercavam esse grupo, mas também a condição de quem interpreta, ou seja, as minhas próprias considerações sobre o mundo social.

O Cansaço Profissional é Uma Medalha de Honra

O diagnóstico feito sobre a situação feminina em Mato Grosso pelas colaboradoras e redatoras da revista “A Violeta” denunciou a falta de instrução e a diminuta parcela de ocupações exercidas pelas mulheres fora do lar. Reintegrou a necessidade de emancipação através do trabalho. Para elas, emancipar-se significava sair de um estado de inferioridade em relação ao homem e ter direitos sociais pautados na igualdade, independentemente de gênero.

Segundo Besse (1999), desde 1910, a crescente ocupação em trabalhos assalariados pelas mulheres, em muitas regiões do Brasil, ocorreu em virtude de inúmeros fatores:

(1) A passagem gradativa da produção doméstica para o mercado e o conseqüente declínio do valor econômico do trabalho doméstico das mulheres; (2) a situação econômica precária da crescente classe média urbana, esmagada pelas altas taxas de inflação e pela pressão para consumir os produtos e serviços da economia de mercado que se expandia rapidamente; (3) a procura cada vez maior de funcionários no setor de serviços; e (4) a adoção pelas próprias mulheres do valor burguês de trabalho, o que promovia seu desejo de maior autossuficiência econômica e realização profissional. (BESSE, 1999, p. 143).

Ademais, as relações de trabalho adequavam-se ao plano do governo central: Getúlio Vargas havia assumido o poder em 03 de novembro de 1930. Ainda no primeiro mês de governo criou o Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio, entregue a Lindolfo Collor. Esse Ministério tinha como objetivo intervir no mundo do trabalho amparado por uma legislação moderna, servindo como árbitro entre empregadores e trabalhadores. Inúmeras conquistas dos trabalhadores acabaram sendo incorporadas à Constituição de 1934:

Art. 121 – A lei promoverá o apoio da produção e estabelecerá as condições de trabalho, na cidade, nos campos, tendo em vista uma proteção social do trabalhador e interesses econômicos do país.

§ 1º- A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que visem melhorar as condições do trabalhador:

- a. Proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;
- b. Salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador;
- c. Trabalho diário não excedente a oito horas [...];
- d. Proibição do trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores; e em indústrias insalubres à menores de 18 anos e mulheres;
- e. Repouso semanal, de preferência aos domingos;
- f. Férias anuais remuneradas;
- g. Indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa;

- h. Assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando à esta descanso, antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do desemprego [...];
- i. Regulamentação do exercício de todas as profissões. (Cf. PILETTI, 1987, p. 58).

A exigência pela igualdade aparece em inúmeros artigos escritos pelas colaboradoras da revista que veiculavam a ideia de escolarização e de profissionalização ao equacionamento relacional: [...] “A mulher na era atual deseja apenas o direito de trabalhar, para viver honesta e independentemente dos caprichos do homem” [...] (BASTOS, Elizabeth. Sobre o feminismo. *A Violeta*, n.º 252, Dezembro de 1938, p.09).

É importante observar que o próprio trabalho das escritoras já representava, além da propriedade do discurso, a extrapolação da esfera privada. Através de textos de cunho informativo é possível revelar os rumos tomados pela imprensa feminina e, concomitantemente entre Maria Dimpina Lobo Duarte³ e Júlia Lopes de Almeida:

[...] Envio-lhe por este mesmo correio alguns livros que espero lhe possam ser úteis, entre eles vai um Ementário da Família por ser uma obra metódica e única no gênero. Estou as suas ordens para tudo o que precisar de mim, lamentando apenas não ter conhecimento de um trabalho especial no caso para lhe mandar já. (SIC). Queira a amiga com as suas colegas do “Grêmio” receber meus carinhosos cumprimentos da mui grata admiradora. Júlia Lopes de Almeida. P.S. Como sabe, as Escolas Domésticas na Europa são frequentadas por meninas e moças de todas as classes. As ricas como as pobres vão procurar no seu ensinamento a prática que as esclarece pelo governo de sua futura casa [...]- (SIC) (DUARTE, Maria Dimpina Lobo. Escola Profissional – um olhar sobre o passado. *A Violeta*. n.º 258, 30 de novembro de 1939, p. 14).

A publicação dessa correspondência, datada de 21 de janeiro de 1916, possuía duas conotações: a primeira, mais explícita, sobre a inauguração de uma escola doméstica, onde as alunas pudessem aprimorar os seus dons de dona de casa, Maria Dimpina Lobo Duarte havia solicitado a Júlia Lopes de Almeida informações sobre a estrutura e o funcionamento de uma instituição que fosse capaz de instruir a mulher para o desempenho dos afazeres domésticos. Além das notícias de outros lugares no mundo, Júlia Lopes enviou-lhe livros para uma maior elucidação do caso, ou seja, constata-se que a base de circulação da revista estava na troca incessante de informações e experiências, aglutinando um grupo variado de mulheres de outras regiões que faziam menção de suas atividades. Isso demonstra que as escritoras

3 Segundo Nadaf (1993), muitas mulheres fizeram parte do Grêmio Literário Júlia Lopes, sendo que muitas delas colaboraram com a revista, dentre elas: Maria Dimpina Lobo Duarte, Maria Ponce de Arruda, Regina Prado, Maria de Camargo, Mariana Póvoas, Maria da Glória Ribeiro, Laurinha Ribeiro, Amélia Lobo, Ana Luiza Prado, Bernardina Rich, Bartira de Mendonça, Benilde Moura, Elizabeth Bastos, Leonardo Borrhalho (eleita primeira Presidente do Grêmio) e muitas outras. Também eram publicados artigos de homens, como Graça Aranha, Dom Aquino Corrêa e José de Mesquita.

iam obtendo liderança e conquistando certa autonomia num período de restrições aos papéis sociais atribuídos às mulheres.

A reivindicação por uma ampliação no âmbito profissional apresenta-se diversas vezes nos artigos da revista. Dessa maneira, as solicitações referentes a melhores níveis educacionais e maiores oportunidades no mercado de trabalho estavam imbricadas no relacionamento social como um todo. Denunciavam, por exemplo, como a falta de instrução prejudicava as mulheres mesmo quando precisavam tomar conta do próprio negócio.

[...] A mulher, segundo a rotina antiga por educação ou por índole, vivia numa apatia cruel, ignorando tudo, restringindo a sua liberdade, desconhecendo seus direitos, confiando cegamente nos pais, irmãos maridos, sem orientação econômica ou financeira de espécie nenhuma e a consequência desastrosa dessa educação defeituosa, era que, quando perdia o chefe da família; entregava-se a sua dor e pela falta de noções em que vivia, deixava-se explorar pelos advogados, sócios e membros da família, nas questões comerciais, herança, etc. etc.... (SIC). As brasileiras de antigamente, modestas e pacientes, pela religiosidade [ilegível] de seu caráter bom a faziam indefesas à súbita transição da abundância à pobreza. (SIC) Essa passividade levava toda a família à resignação. Mas hoje elas se emanciparam, educaram o seu espírito e quando tocadas pelas necessidades ocasionais denotam rara energia, sabedoria econômica admirável, verdadeiras estadistas de suas famílias. [...] Depois da grande guerra de 1914, ficou claramente patenteado que o elemento feminino constituiu a maior surpresa de capacidade, pois em todos os ramos em que se apresentou para cooperar com o homem, provou o quanto pôde o esforço e a boa vontade. (SIC). A mulher brasileira seguiu o exemplo de nossas companheiras de outras terras, tornou-se independente pela sua educação e pelo seu trabalho, evadiu-se da antiga prisão doméstica... (SOCCI, Raimunda. A educação antiga e moderna da mulher brasileira. *A Violeta*, n° 282 e 283, dezembro de 1941, p. 20-21.)

Apesar de se referirem ao homem como chefe de família e afirmarem que a mulher serviu como colaboradora do processo produtivo e, assim, comungarem a ideia da família nuclear com liderança masculina, encontra-se no artigo também a explicitação de almejam a independência material. A denúncia contra a exploração econômica e a afirmação de que a mulher tem uma grande capacidade intelectual possui um valor simbólico significativo, pois induz um grupo de pessoas a refletir sobre tais assuntos e, pelo menos no campo do discurso, argumentar sobre a questão.

Incorporados a essa ideia de profissionalização da mulher, outros temas foram amplamente discutidos, quer sejam: saúde, alimentação, moda, poesia, casamento, política e a educação. As autoras defendiam a teoria de que uma mulher mais informada, profissionalmente ativa e participante da política, teria melhores condições de desenvolver seu lado maternal e de servir melhor aos clamores da pátria. Como afirma Rago (2000, p. 20): “Nos anos 20 e 30, a figura da mãe cívica passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro do cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação”.

Esse argumento provocou, para algumas mulheres, a ampliação dos espaços de sociabilidade. Ser formadora do futuro da nação criava, não apenas oportunidades trabalhistas, mas participação efetiva na vida social. Durante o período estadonovista, a condição feminina, o trabalho da mulher fora do lar, o casamento e a educação da prole foram assim retratados pelas colaboradoras:

A mulher educada, tendo uma profissão, formando no seu espírito a convicção de que o trabalho é o elemento primordial para a sua dignidade, saberá criar uma sociedade nova, que respeitará em todos os sentidos. A necessidade é uma lei que desconhece as revoltas e os lamentos e quantas mulheres se empregam pela necessidade de manter sua família honestamente, muitas vezes revoltadas com essa obrigação, mas abnegadamente sacrificadas pelos seus entes queridos. Minhas prezadas consórcias, o cansaço profissional é uma medalha de honra. Pode suceder que o casamento ansiosamente esperado com apoio e garantia de estabilidade, se transforma numa decepção; então a mulher que foi educada para a esposa e mãe, se vê obrigada pela força das circunstâncias a romper com os preceitos da educação antiga e enfrentar as realidades as perdas da vida [...]. (SIC). (SOCCI, Raymunda. A educação antiga e a moderna da mulher brasileira. *A Violeta*, n° 282, 25 de dezembro de 1941, p. 21).

Essa renovação era solicitada ao governo. O periódico publicava inúmeros artigos, como o que segue, solicitando com urgência a abertura de escolas que pudessem ir ao encontro dos anseios pela formação feminina:

[...] O congestionamento de um único estabelecimento secundário para moças prova a necessidade de outro. Não há escolas para meninas que, deixando o curso primário, precisem se preparar para ser úteis na vida, senão o colégio superlotado. Um colégio a mais dirigido pelas salesianas é um problema inadiável e se for resolvido é motivo de justos parabéns a Cuiabá, cidade que se prima pela cultura. Esperamos confiantes nas ações conjuntas do Governo e da Congregação Salesiana...(Sem assinatura. “As Irmãs Salesianas terão o Liceu?”. *A Violeta*, n° 296, 31 de maio de 1943, p.19).

Através dessas reclamações, objetivava-se melhorar a instrução feminina e aumentar o campo de atuação profissional. A generalização do ensino secundário era o grande propósito da causa que repercutiria na formação das mulheres “úteis na vida”. Sendo assim, escolarização e profissionalização possuíam uma relação de causa/efeito, isto é, estariam intrinsecamente ligadas.

Em Mato Grosso, nas primeiras décadas do século XX, muitas mulheres atuavam nas mais diversas áreas, desde os trabalhos rurais (cozinhando em fazendas, costurando, lidando com a engorda de animais, etc.), até nos centros urbanos, como empregadas domésticas, lavadeiras, doceiras e outros afazeres em hospitais e escolas. Ao mesmo tempo, as jovens que provinham das camadas médias e altas enveredavam pelos rumos do magistério, da música, tornavam-se escritoras e diretoras de colégios ou instituições culturais. Assim, foram criados códigos sociais e morais que

permitiram às mulheres uma maior atuação no meio público. A profissionalização da mulher permitiu deixar para trás o papel de coadjuvante da economia do país para exercer uma ação efetiva e notória no campo da produção.

As conquistas trabalhistas constitucionalizadas por Vargas não passaram de mero reconhecimento ao sério e árduo trabalho que as mulheres executavam em várias áreas. Ainda assim, deve-se destacar que, na prática, tais direitos eram aplicados a uma minoria urbana da população brasileira. Ademais, entre os deveres da mulher moderna incluía-se que o emprego fora do lar não deveria desvinculá-la de suas atribuições de esposa dedicada e mãe carinhosa ou, no caso das solteiras, de auxiliar pai, mãe, irmãos mais novos e assim por diante. Desse modo, a profissionalização da mulher o seu horizonte econômico, causou-lhe dupla exploração. Além disso, os preceitos sociais exigiam que as mulheres ocupassem cargos de acordo com a capacidade do seu sexo, o que, na prática, poderia ser traduzido como falta de ambição, submissão e remuneração menor. A limitação da escolha quanto aos cargos ainda estava atrelada à força legal do Código Civil de 1916, que proibia às mulheres ocupar funções assalariadas sem a permissão do marido (Cf. BESSE, 1999, p.156).

Houve grandes dificuldades, até mesmo para as mulheres das classes média e alta, se firmarem como médicas, advogadas, engenheiras, cientistas, administradoras, políticas e empresárias (profissões consideradas tipicamente masculinas), porém houve uma maior condescendência com as escritoras, poetisas, jornalistas, artistas, musicistas, pois dispunham de um horário mais flexível para a realização das suas atividades (disponibilizando mais tempo para as tarefas do lar). Deve-se salientar a baixa e inconstante remuneração dessas profissões consideradas tipicamente femininas, sendo o trabalho, muitas vezes, limitado a obras assistencialistas ou a reuniões particulares.

No caso específico da produção e venda da revista *A Violeta*, o objetivo não eram os lucros, mas o “cultivo das letras”. Em vez de serem consideradas “ameaçadoras” à ordem vigente, eram elogiadas pelos homens, por possuírem natureza “sensível e delicada”, e por tratarem de assuntos tipicamente assistencialistas e humanitários. Eram óbvias as segmentações por sexo no mundo profissional. Para a maioria das mulheres, os cargos considerados femininos não estabeleciam competição com os cargos considerados “masculinos”, pois não garantiam progressão intelectual, nem forneciam status para uma possível independência.

Intencionalmente ou não, a consolidação das Leis Trabalhistas foi mais eficiente para assegurar os direitos aos homens do que às mulheres. A maioria das mulheres trabalhava em casa como costureiras, bordadeiras, doceiras, como empregadas domésticas ou de pequenas oficinas, o que significa que constituía a grande parte das trabalhadoras do Brasil que não se beneficiaram com as leis trabalhistas de 1934. (Cf. BESSE, 1999). Na revista *A Violeta* a regulamentação do trabalho aparece da seguinte forma:

[...] Temos uma regulamentação segura dos Estatutos dos Funcionários

Públicos Civis, que distribui o direito equitativamente a grandes e pequenos, que assegura, por meio de concursos imparciais, o provimento dos cargos, que ampara o funcionário enfermo com a concessão de vencimentos integrais nos casos de moléstia comprovada. A família foi beneficiada com a criação das Leis de Previdência Social e com o obrigar ao cumprimento do seu amparo o membro faltoso que se esquivava deste dever [...]. O operário, o comerciante, o industrial, todos foram amparados por leis sábias e justas que garantem um direito seguro no presente e um amparo providencial no futuro [...] (DUARTE, Maria Dimpina Lobo. A vida política no Brasil. *A Violeta*, n.º 317 e 318. Fevereiro e Março de 1945, p. 06-07).

Com menos opção de emprego, as mulheres se sujeitavam a uma menor remuneração. Quando a Constituição de 1934 institucionalizou o mesmo salário para um tipo de trabalho, as desigualdades entre homens e mulheres já estavam estruturadas nas funções que cada sexo deveria exercer e, assim, as desigualdades econômicas e sociais continuavam a existir entre os gêneros.

Segundo Corrêa (1991, p. 70): “O autoritarismo marcou a intervenção direta do Estado na economia e em todos os setores da vida social [...] com destaque para o trabalho feminino”.

A segregação binária, como produção e remuneração para garantir a ordem política e o desenvolvimento da Nação, contribuiu para que o sexo feminino se mantivesse econômica e emocionalmente dependente do sexo masculino e continuasse a desenvolver tarefas tipicamente domésticas:

[...] Felizmente, é ainda, a constituição da família, a vida do lar, a elevada e nobre aspiração da mulher. Fácil é, então imaginar os perigos a que se acha exposta a jovem que, com riscos e esperanças, enceta, ao lado do eleito do coração as responsabilidades do governo e da direção da casa, principalmente aumentando a família em desproporções do haveres. Honesta, capaz de sacrifício, como é a mulher, é tão obrigada a encetar a aprendizagem, não iniciada sequer, em oportuna época. O amor pelo lar, pelo esposo, seu santo amor pelos filhos, levam-na então a reeducar-se, aproveitando noções recebidas, não em colégio, mas no aconchego da casa paterna, onde sua mãe que já havia sofrido iguais dificuldades, lhe havia ensinado, empiricamente embora, a cuidar da casa, a confeccionar roupas suas e de seus irmãos, a velar pelo asseio e higiene, a cuidar dos irmãos doentes e preparar chás, mingaus e arranjar a casa, da cozinha à sala, não esquecendo os trabalhos de faceirice que, apesar de tudo, o que possa dizer, é uma preocupação séria para a mulher, e que ninguém, sem hipocrisia, poderá desconhecer muito distinta e muito digna. Com que esforços, porém luta a mulher para se adaptar a essas novas necessidades? E foi com o propósito de incentivar a propaganda e a ação em prol do ensino e da educação que se organizou na capital, a Liga de Ensino. Continuou a Liga sua obra e propaganda, e para objetivar a sua ação

fundou a ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL⁴. E é de uma escola profissional feminina que carecemos! A dificuldade maior que se nos depara está em encontrarem professoras técnicas para o desempenho de um programa nos moldes daquela florente Escola. Não poderia o Governo, a exemplo do que fez o saudoso Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa em 1910, contratar professoras fora ou mandar algumas coestadoanas com o fim de habilitarem para isso? Não faltará ao Grêmio Júlia Lopes, ou a outra cidade feminina neste Estado a disposição para ser uma como a Liga de Ensino de Natal [...] (DUARTE, Maria Dimpina Lobo. Escola Doméstica. *A Violeta*, n.º 304 e 305, 30 de abril de 1944, p.02-03).

A publicação perpassava por vários ideais. A princípio exaltava o trabalho no lar e a importância da mulher na constituição de uma família, na educação recebida na casa dos pais, na preparação dos afazeres domésticos e até na beleza. Entretanto, citava o exemplo da Escola de Natal e solicitava ao Governo do Estado o mesmo empenho na construção de uma Escola desse porte em Cuiabá, sugerindo a contratação de profissionais de fora, como ocorreu em outro Governo, afirmando categoricamente que a sociedade feminina esperava por uma ação imediata.

Segundo Vilhena (1988, p. 195): [...] “ a educação doméstica pretendia incluir na mulher das classes trabalhadoras a importância do desempenho de suas funções de dona de casa e mãe[...]”. De acordo com a autora, somente a partir de 1942 o curso de educação doméstica foi incluído no currículo do curso secundário. Não representou, necessariamente, condições mais satisfatórias para as mulheres enfrentarem suas próprias necessidades e as de uma família, mas oportunizou a abertura de um novo mercado de trabalho: mestras de economia doméstica (Cf. VILHENA, 1988).

Considerando o ideário da época para o qual, depois da maternidade a função máxima da mulher era a de ser educadora, o magistério passou a ser uma profissão muito respeitada e muito procurada pela classe média.

O artigo também chama a atenção para os trabalhos de faceirice, além de saber cuidar dos filhos, a mulher não deveria se esquecer de cuidar da própria aparência, considerada uma preocupação muito distinta e muito digna. Cabe esclarecer que esse aspecto é relevante no que tange à contratação de matrimônio. O casamento nas classes média e alta oferecia ao homem conforto emocional e físico, serviços sexuais, status e não limitava a sua liberdade social. Para as mulheres dava respeitabilidade (pois o concubinato e o amor livre eram encarados praticamente como prostituição) e a garantia do marido para sustentar a prole. Além disso, permanecer solteirona levava ao ostracismo social e à dependência econômica de alguém que tivesse um lar estabelecido, geralmente um irmão ou uma irmã casados.

Dessa maneira, o casamento era algo almejado, principalmente por aquelas mulheres que queriam ter uma vida econômica mais promissora. As jovens enfrentavam

4 A Escola Doméstica de Natal funcionava à noite, no Asilo Santa Rita, onde as meninas moças tinham aulas de português, Matemática e Conhecimentos Gerais. Durante o dia, faziam serviços domésticos. A Escola Doméstica levava o mesmo nome que o Grêmio Literário: “Dona Júlia Lopes de Almeida” e foi fundada em 1946.

uma dura competição pelos homens solteiros que pudessem se tornar bons maridos, usando vestuário adequado e na moda. Havia, ainda, um cuidado rigoroso com os gestos, com as palavras e com os tiques de elegância, completado pelas aulas de piano e francês.

Faz-se necessário destacar que a produção de roupas, bolsas, adornos, aulas de música e de língua estrangeira ajudavam a ampliar o mercado de trabalho para muitas mulheres. Nesse sentido, a revista *A Violeta* anunciou vários artigos sobre a arrumação da casa, moda estética com o intuito de ajudar na economia e na organização doméstica e de dar sugestões para que as mulheres se vestissem com distinção, sem cair nos modismos indesejáveis, (Cf. NADAF, 1993, p. 169, 170 e 171).

Por último, o artigo solicitou a implantação de uma Escola Doméstica em Cuiabá, sugerindo a contratação de profissionais para desempenhar um programa com o da Escola de Natal, que já estava em funcionamento. Embora a Escola especializasse mulheres para as prendas do lar, tal instauração serviria como centro de encontro para inúmeras ideias, com mestras vindas de outros Estados, propiciando às estudantes contato com as teorias da racionalização do trabalho doméstico e o consequente desenvolvimento das habilidades intelectuais, como escreveu Duarte [...] “Aos influxos da mulher inteligente e sensata quantas e quão boníssimas obras surgem e prosperam engrandecendo os povos e elevando as Nações”. (DUARTE, Maria Dimpina Lobo. Crônica. *A Violeta*, n°298, de 31 de julho de 1943, p. 01).

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho obedeceu a alguns critérios: tornava-se necessário para o crescimento econômico e para a modernização do país, mas não podia interferir na estrutura da divisão sexual do trabalho; o afastamento das mulheres da esfera doméstica era criticado, pois poderia causar a desestruturação da família e da ordem política; decidiu-se assim, restringir o ingresso de trabalhos considerados inadequados ou perigosos e enquadrar a mulher em funções que fossem típicas de sua natureza: altruísta, delicada e terna. Destarte, o Magistério Primário foi a grande alavanca desse processo, que justificaria, tanto a necessidade econômica, quanto a utilidade social da mulher. Nesse contexto, foram ampliadas as vagas para o funcionalismo público, o assistencialismo social e outros cargos, como: telefonistas, datilógrafas, enfermeiras, postalistas, costureiras, etc, a fim de auxiliarem os homens no cumprimento das suas atividades. Além de estruturar uma ideia de que as mulheres eram extremamente eficientes em tarefas que não exigiam decisão e de que compunham uma mão de obra mais barata. Obviamente existiam diferenças entre os cargos ocupados por mulheres de classes sociais mais altas do que as de classe inferior, mas o trabalho feminino sempre estava atrelado ao complemento dos papéis domésticos. A maioria das mulheres cuiabanas desempenhava funções consideradas aborrecidas, rotineiras e que não prestigiavam o seu intelecto, tornando quase impossível a independência econômica e social.

Provavelmente, como afirmou Besse (1999), a inclusão das mulheres na força de trabalho beneficiou mais a Nação do que as próprias mulheres. De qualquer modo, a circulação do periódico com esses ideais de mulher inteligente e de propagação

de trabalhos fora do lar, mesmo sendo para um grupo de elite em carreiras mais novas e mais prestigiadas, possa ter servido para, gradativamente, mudar certos estereótipos sobre a natureza feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *A Violeta* não trouxe mudanças rápidas e radicais nas relações de trabalho entre os gêneros, não ameaçou o emprego masculino, nem levou à desestruturação da chamada família nuclear, mas levou adiante um discurso largamente debatido pelas intelectuais feministas do Brasil no período circular. É válido lembrar que as ampliações das atividades trabalhistas acarretaram, ao longo do tempo, para a mulher brasileira, uma dupla ou tripla jornada de trabalho, como afirma Corrêa (1991, p. 222): “A liberação do trabalho feminino trouxe igualmente a condenação e a prisão da mulher em campos de trabalho a elas destinados”. Assim, a importância da revista está na apresentação de modelos novos de mulher em novas atividades trabalhistas que foram surgindo na sociedade cuiabana, na primeira metade do século XX.

Esse periódico foi responsável por inúmeros repasses ideológicos sobre a questão da modernidade do Estado. Para as redatoras e colaboradoras da revista, a instrução da mulher tornava-se um ponto cabal para se atingir o progresso e disseminavam que ela deveria assumir uma postura ativa na sociedade, sem esquecer, é claro, de desempenhar também as funções de mãe e de esposa. A produção cultural publicada numa revista denominada *A Violeta*, indicou aspectos econômicos, políticos, sociais que provocaram a reflexão sobre o papel exercido pelas mulheres e demonstrou que havia uma troca de informações entre as mulheres cuiabanas e de outras regiões. Assim, a voz de um grupo feminino de letras surgiu com o objetivo de reivindicar a ampliação do seu espaço social através da educação e da profissionalização, mantendo incólume a ideia de pacifismo, de amabilidade, de generosidade e de altruísmo. Quer dizer, a ampliação de um espaço constituído por hábitos e costumes calcados em valores apregoados pelo Estado corporativista.

Vale considerar que a ampliação do espaço social e o aumento da carga de trabalho são polos ambíguos, mas é bastante visível o contra movimento histórico, ou seja, mesmo dentro de um sistema sociocultural pensado e organizado para se manter uma ordem há, inúmeras vezes, uma outra força capaz de produzir novas formas de pensar e de agir dentro da sociedade mato-grossense. Ao mesmo tempo em que foi legada à mulher a incumbência de ser educadora, e ainda responsabilizada pela organização do lar, da família e do país dentro de uma estrutura social, política e econômica, restaram elementos que redefiniram a sua instrução formal, a sua profissionalização e a sua introdução em outros espaços, cujos resultados serão sempre alcançados pela dinamização histórica.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Jr. Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Editora Massangana, 1999.
- BESSE, Suzan K. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.
- CORRÊA, Sylvia Victorino Alves. **Mulher, trabalho e educação**: diferença de gênero e magistério primário em Cuiabá (1889-1945). Cuiabá, dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, 1991.
- NADAF, Yasmin Jamil (org). **Catálogo de títulos sobre a mulher**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.
- PILETTI, Cláudio; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. São Paulo: Ática, 1987.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In Del Priore. Mary (org) **História das mulheres no Brasil**. 3ª edição. Contexto, 2000.
- VILHENA. Cynthia Pereira de Souza. **Família, mulher e prole**. A doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.. São Paulo, 1988.

FONTES IMPRESSAS

- BASTOS, Elizabeth. Sobre o feminismo. **A Violeta**, Cuiabá, dezembro de 1938, n° 252, p.09.
- DUARTE, Maria Dimpina Lobo. Escola Profissional – um olhar sobre o passado. **A Violeta**, Cuiabá, 31 de agosto de 1939, n° 258, p.13,14 e 15.
- DUARTE, Maria Dimpina Lobo. Escola Profissional – um olhar sobre o passado. **A Violeta**. n° 258, 30 de novembro de 1939, p. 14.
- DUARTE, Maria Dimpina Lobo. Escola Doméstica. **A Violeta**, n° 304 e 305, 30 de abril de 1944, p.02-03
- DUARTE, Maria Dimpina Lobo. A vida política no Brasil. **A Violeta**, n° 317 e 318. Fevereiro e Março de 1945, p. 06-07).
- DUARTE, Maria Dimpina Lobo. Crônica. **A Violeta**, n°298, de 31 de julho de 1943, p. 01.
- SOCCHI, Raymunda. A educação antiga e a moderna da mulher brasileira. **A Violeta**, n° 282, 25 de dezembro de 1941, p. 21.